

PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS, EDUCAÇÃO & POLÍTICA: ASPECTOS QUE SE ENTRELaçAM

*PEOPLE WITH DISABILITIES, EDUCATION & POLICY:
ASPECTS THAT INTERTWINE*

Matheus Dias Araujo Lemos 1

Resumo: O presente artigo objetivou estudar basicamente aspectos históricos de exclusão das pessoas com deficiências na educação a nível geral e nacional, até chegar à atualidade onde surge a PNEE – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Para se produzir este estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica; de cunho qualitativo sob a abordagem epistemológica da PNEE (2008). O estudo baseou-se na análise de referenciais teóricos, utilizando como aporte de análise o cenário histórico-social para a relação sociedade-pessoa com deficiência, o surgimento em nosso país no fim do séc. XIX, das primeiras instituições que marcaram de forma importante a história da educação especial, os aspectos que marcaram o princípio dessa história em nossa nação, dentre outros, fundamentados nos estudos de Salomão, Jesus e Palácios (2017), Januzzi (1992), Lehmkuhl (2011), Mendes (2010), Cunha (1988), Mantoan (1997) entre outros. Faz-se um percurso cronológico desde as sociedades mais primitivas, até a nossa em meados do séc. XIX, quando surgem as primeiras instituições de atendimento para as pessoas com deficiências, tudo isso objetivando entender como foi essa relação sociedade-pessoa com deficiência-exclusão da educação, no transcorrer da história. Como objetivo central de estudo, procurou-se evidenciar a relevância da educação inclusiva para o público do AEE, as reflexões sobre os meios que a escola pode adotar para se tornar mais inclusiva, e as válidas orientações que a atual política de educação especial traz para nortear esses processos.

Palavras-chave: História. Educação. Deficiências. Política.

Abstract: This article aimed to study historical aspects of exclusion of people with disabilities in education at a general and national level, up to the present time, when the PNEE – National Policy for Special Education from the Perspective of Inclusive Education – is established. To carry out this study, a qualitative bibliographic research was carried out under the epistemological approach of PNEE (2008). The study was based on the analysis of theoretical references, using the historical-social contribution for the society-person with disability relationship, the emergence in our country at the end of the nineteenth century of the first institutions that marked the history of special education in an important way, the aspects that marked the beginning of this history in our nation, among others, based on the studies of Salomão, Jesus and Palácios (2017), Januzzi (1992), Lehmkuhl (2011), Mendes (2010), Cunha (1988) and Mantoan (1997). A chronological route is made from the most primitive societies to ours in the mid-nineteenth century, when the first care institutions for people with disabilities are established. All of this aiming to understand how this relationship between society-person with disability-exclusion from education took place in the course of history. As the main objective of the study, we sought to highlight the relevance of inclusive education for the Specialized Educational Service audience, the reflections on the means that the school can adopt to become more inclusive, and the valid guidelines that the current special education policy brings to guide these processes.

Keywords: History. Education. Deficiencies. Policy.

1 Acadêmico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UFMA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3383197916733632>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1194-6312>. E-mail: mda.lemos@discente.ufma.br

Introdução

A forma como os seres humanos trataram e continuam tratando o corpo, historicamente contextualizando, revestiu-se, e ainda continua revestindo-se de um disparate que se consolida na forma abrupta com que a padronização se manifesta em diferentes contextos históricos. Nesse sentido, por haver um padrão de “normalidade” construído socialmente no decorrer da história, as pessoas com deficiência ou tidas também de forma pejorativa como “anormais”, foram excluídas da sociedade.

Aqui, ao falar-se em padrão aceitável, é enfatizada a pessoa que dispõe de saúde, boa força física, magra, dentre outras características. Essa perspectiva fundamenta o que a sociedade ocidental de modo geral procura atingir, uma vez que o afastamento de tal padrão resulta em ser considerado desviante, fora do padrão, ou “anormal”.

Diante disso, desde a década de 80 no Brasil, há um movimento das políticas públicas em atender essas pessoas, o que inclui também a área educacional. Como um marco histórico importante, destaca-se o ano de 1981 que foi proclamado como o ano internacional das pessoas deficientes, partindo daí alguns percursos históricos que marcaram a luta e conquista de vários direitos dessas pessoas.

Nesse sentido, a década de 80 fica marcada pelo início do processo de inclusão do público-alvo da educação especial, através dos dispositivos legais e no contexto de lutas pela garantia de direitos sociais básicos, o que abrange o direito de inclusão. Além disso, não somente no Brasil, mas como também internacionalmente, outros movimentos se alargaram, no intento de legitimar políticas públicas para as minorias.

O presente estudo parte de reflexões realizadas na disciplina de Educação Especial, no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão. Busca-se aqui, contextualizar brevemente alguns aspectos da história da Educação Especial, o que caracteriza uma educação escolar inclusiva na perspectiva de alguns autores, a crítica ao modelo ultraconservador e segregacionista do atual governo, no que diz respeito a essa modalidade de educação e, uma breve familiarização com alguns aspectos da PNEE.

Objetivou-se facilitar a compreensão da presente leitura, organizando-a da seguinte maneira: a priori, na introdução faz-se uma contextualização de como a padronização se entrelaça com a história e desde muito tempo reforça um estereótipo de “normalidade”. Partindo disso, na sessão um, denominada deficiência: um breve histórico geral e, o início do AEE no Brasil, aprofunda-se a discussão sobre como deficiência foi encarada em alguns contextos históricos, além de falar-se a respeito do surgimento da educação especial no Brasil.

Na sequência, na segunda sessão do presente estudo, discorre-se sobre o que pode ser considerada uma educação escolar inclusiva e, como a atual principal liderança do ministério da educação vai contrariamente aos valores que caracterizam tal forma de educar, Na sessão três, faz-se uma explanação sobre alguns aspectos da PNEE para que o autor se familiarize com o que está expresso na política e, compreenda sua importância.

Em procedimentos metodológicos, busca-se evidenciar os caminhos percorridos para o desenvolvimento da pesquisa, algumas das principais fontes, e aspectos importantes da pesquisa qualitativa. Posteriormente em resultados e discussão, fala-se em como é importante conhecer um pouco mais da história das formas de exclusão das pessoas com deficiências, para compreender o quão essencial é a política pública em educação para esse conjunto de indivíduos e, por fim, nas considerações finais, pontua-se em como no decorrer da história de nosso país, surgiram aparatos legais que não foram capazes de atender adequadamente o atual público do AEE, algo que só se tornou em política mais abrangente em 2008 com o surgimento da PNEE, trazendo implicações importantes e benéficas para os processos pedagógicos.

Utilizou-se para tanto, uma abordagem de cunho qualitativo onde se realizaram pesquisas bibliográficas em autores e documentos como Araujo (2016), Salomão; Jesus; Palácios (2017), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), dentre outros. A pesquisa se justifica como importante, por historicizar a educação especial além de apresentar problemáticas que estão envolvidas no processo educativo dessas pessoas, levando o leitor a fazer reflexões para a superação dos desafios e melhoria do cenário

do atendimento educacional especializado como um todo.

Deficiência: um breve histórico geral e, o início do AEE no Brasil

No transcorrer da história, as pessoas com deficiências foram tratadas de forma excludente, o que denota uma realidade de sofrimento para tais indivíduos. Nesse sentido, Salomão, Jesus e Palácios (2017) argumentam que além dessas pessoas serem impedidas de várias atividades, de forma impositiva, também lhes era privado o direito ao conhecimento, uma vez que não podiam transitar em espaços sociais de socialização dos saberes.

Contextualizando o modo com que algumas sociedades trataram o público-alvo deste estudo, vale dizer que cada momento histórico implicou uma forma de relação com as pessoas, isso tendo em vista que existiam variáveis que independiam à vontade dos membros da comunidade nessas relações, como por exemplo, as relações de produção e sustentação da vida material. Nessa perspectiva, Bianchetti (1995) afirma que no que concerne às sociedades primitivas:

Como o atendimento das necessidades estava totalmente na dependência do que a natureza lhes proporcionava, como, por exemplo, a caça, pesca, as cavernas para abrigar-se, etc., uma das características básicas destes povos era o nomadismo. Ora, a natureza é cíclica, está totalmente fora do controle dos homens e isso vai exigir deles deslocamentos constantes, razão pela qual é indispensável que cada um baste por si e ainda colabore com o grupo. É evidente que alguém, portador de alguma deficiência natural ou impingida na luta pela sobrevivência, acaba se tornando um empecilho, um peso morto, fato que o leva a ser relegado, abandonado e sem que isso cause os chamados sentimentos de culpa. Utilizando uma linguagem dos dias atuais, podemos afirmar que nas sociedades primitivas, quem não tem competência não se estabelece.

Percebe-se que desde a idade primitiva há uma exclusão, e uma dificuldade em cuidar das pessoas com necessidades especiais, acarretando como consequências desse processo discriminatório, o desprezo, a incompreensão, a marginalização e até a morte dessa população. Por outro lado, na idade antiga também há indícios da integração das pessoas com deficiência na sociedade:

No que diz respeito especificamente à integração dos deficientes na sociedade, os estudos mostram que, no Antigo Egito, estes poderiam ser encontrados em diferentes estratos da sociedade, desde a classe dos faraós, nobres, artesãos, agricultores, até os escravos. A arte egípcia revela por meios dos afrescos, papiros, túmulos e múmias que, para alguns deficientes, foi possível viver uma vida normal e constituir família (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

Entretanto, na antiguidade a realidade da vida “normal” infelizmente não foi privilégio de todos. Um exemplo disso foi a forma como o povo Hebreu concebia a deficiência em sua época, acreditando que a doença mental, física, ou crônica, ou mesmo alguma má formação, era indício de impureza ou pecado. (SILVA, 1987 apud PEREIRA; SARAIVA, 2017). Aliado a isso, outro povo que também incorporou em sua sociedade a visão padronizadora das pessoas, foi o Grego:

Para os gregos, o corpo belo e forte era prova de saúde e força, requisitos necessários para o combate e a luta, para a conquista de novas terras, sendo que aqueles que não correspondessem a esse ideal, como as crianças e os doentes, eram marginalizados e até mesmo eliminados ou abandonados à própria sorte para morrer. (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011 apud PEREIRA; SARAIVA, 2017).

Na idade média, com a teologia e a influencia judaico-cristã, a igreja traz as marcas filosóficas da Grécia antiga, onde havia a separação corpo-mente: corpo como sendo constituído pela degradação, o escravo que deve executar as tarefas degradadas e degradantes, sendo um empecilho da mente, um conspirador, e, a mente representada pelos livres, com atitudes de comando, dignidade, superioridade. Porém aqui, o paradigma é outro: deixa de ser corpo e mente e torna-se corpo e alma, logo, a igreja em seu moralismo cristão, concebe a pessoa deficiente como relacionada ao pecado. Diante disso:

[...] forjando uma concepção esquizofrenizadora da pessoa humana. É essa concepção, que relaciona deficiência com pecado, que deve nos auxiliar compreender os horrores da segregação e da estigmatização, principalmente dos milhares de pessoas que foram eliminadas através da fogueira da inquisição (BIANCHETTI, 1995, p. 10).

Todavia, convém mencionar que se trata de algo que aconteceu em espaços geográficos e contextos históricos específicos e, portanto, é necessário o entendimento para fazer essa separação, a fim de que não se caia em preconceitos e julgamentos morais a respeito de todos esses ocorridos na história das pessoas com deficiência.

Em nosso país, embora historicamente o poder público tenha mantido uma relação inapropriada e inconsistente no que concerne a educação das pessoas com deficiência, o fim do séc. XIX destaca-se como um marco relevante para a história da educação especial. Foi nesse contexto que, surgiram duas instituições especializadas que se constituíram como precursoras no atendimento às pessoas com deficiência: o Instituto dos Meninos Cegos, em 1854; e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857.

No ano de 1874, foi criado na Bahia o hospital Juliano Moreira, pioneiro na assistência médica às pessoas com deficiência intelectual e, no Rio de Janeiro, em 1887, é criada a “Escola México” atendendo pessoas com deficiências físicas e intelectuais. (JANNUZZI, 1992; MAZZOTTA, 2005). Ainda conforme Januzzi (1992), o princípio da história da educação especial no Brasil se divide em dois aspectos: um médico-pedagógico e, o outro, psicopedagógico. Nesse sentido, a autora contextualiza da seguinte forma:

Vertente médica pedagógica: mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares (...).

Vertente psicopedagógica: que não independe do médico, mas enfatiza os princípios psicológicos (...) (JANNUZZI, 1992, p. 59).

Lehmkuhl (2011) afirma que esses aspectos influenciam a formação de professores para a área de educação especial no Brasil e, os analisa como centrando-se na manifestação orgânica da deficiência. No aspecto médico-pedagógico a influência da área médica, afetava o trabalho pedagógico. Esse despertar dos médicos se deu por conta de casos graves, difíceis de apresentarem respostas aos tratamentos exclusivamente terapêuticos.

Jannuzzi (2006) ressalta que, com a ênfase nos ideais positivistas, ocorre uma mudança no âmago da educação e, em específico, o da educação especial, do médico para o psicológico,

havendo destaque a partir disso para as teorias psicológicas. Passa-se então, a priorizar-se as questões psicológicas do sujeito da aprendizagem.

O trajeto das pessoas com deficiência no Brasil, assim como ocorreu com as civilizações mais remotas nas demais partes do mundo, não foi diferente, sendo marcado nessa fase inicial pela separação e exclusão. Esse segmento foi largado à margem da sociedade e tinha-se uma visão marginalizadora dessas pessoas, que eram tidas como incapazes ou doentes. Com base nisso:

Mais especificamente, tanto na velha Europa quanto no Brasil, a quase totalidade das informações sobre a história das pessoas deficientes encontra-se diluída em comentários relacionados com a categoria mais ampla dos “miseráveis”, aos doentes e aos mais pobres. Os mais afortunados viviam trancados atrás dos portões de suas grandes mansões, segregados do convívio social e da política, conforme mostra Silva com a publicação da obra *Epopeia ignorada*, em 1987, bem como Emílio Figueira, em *Caminhando no silêncio: uma introdução à trajetória da pessoa com deficiência na história do Brasil*, publicado em 2008. (PEREIRA ; SARAIVA, 2017).

Em nosso país, no decorrer das primeiras décadas do séc. XX ocorria a estruturação da república, o que fez aparecer com mais enfoque as disparidades regionais, diante disso, ocorreram também mudanças político-sociais que influenciaram em transformações no âmbito educacional. Nessa perspectiva, com o grande aumento da indústria, a necessidade de mão de obra especializada tornou-se mais expressiva (MENDES, 2010). Concomitantemente a isso, o ensino primário sofre expansão, com mais turnos e menor tempo de estudo, caracterizando uma política de educação popular reduzida. (TEIXEIRA, 1968 apud MENDES, 2010).

No contexto do escolanovismo, caracterizado mundialmente como um movimento que visava à superação do tradicionalismo no ensino, que de forma ineficiente se adequava às transformações sociais em curso, a psicologia da educação ganha força, como possibilidade de aplicação de testes de inteligência para identificar deficientes intelectuais. Além disso, segundo Salomão, Jesus e Palácios (2017), ocorrem no Brasil diversas reformas pedagógicas, abrangendo vários estados de nosso país. Através dos resultados obtidos nesses testes, percebeu-se uma elevada inquietação no que se refere a identificar casos de “anormalidade de inteligência”. (MENDES, 2010 apud SALOMÃO; JESUS; PALÁCIOS, 2017). Aliado a isso, Mendes (2010, p. 96) afirma que:

Dentre os adeptos da *escola nova*, que no decorrer da década de vinte empreenderam reformas estaduais destaca-se Francisco Campos, de Minas Gerais, que trouxe professores psicólogos europeus para ministrar cursos para professores. Entre estes estrangeiros chega ao Brasil em 1929. Helena Antipoff, uma psicóloga russa que se radicou no país e influenciou o panorama nacional da educação especial. Helena Antipoff (1892-1974), havia estudado psicologia na França, na Universidade de Sorbonne, e no Brasil criou o Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais, em 1929. Seu trabalho inicial foi uma proposta de organização da educação primária na rede comum de ensino baseado na composição de classes homogêneas. Helena Antipoff foi também responsável pela criação de serviços de diagnósticos, classes e escolas especiais. Em 1932 criou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, que a partir de 1945, iria se expandir no país.

Embora o movimento escolanovista tenha sido revolucionário no sentido de defender a diminuição das desigualdades na sociedade, Cunha (1988) argumenta que este infelizmente, também contribuiu ao propor um ensino individualizado e focado nas características específicas dos indivíduos, com a exclusão das pessoas tidas como “diferentes”, naquele dado contexto histórico. Percebe-se então, um efeito contrário ao que o movimento se propunha trazer. Diante disso, Mendes (2010, p. 97) nos mostra que:

A igualdade de oportunidades tão pregada passou a significar a obrigatoriedade e gratuidade do ensino, ao mesmo tempo em que a segregação daqueles que não atendiam as exigências escolares, passou a ser justificada pela adequação da educação que lhes seria oferecida.

Dentre outras problemáticas relevantes de serem mencionadas no contexto do surgimento do AEE no Brasil, vale destacar que foi possível vislumbrar o crescimento da institucionalização, implantação de escolas especiais comunitárias e de classes especiais no sistema público de educação, para graus diversificados de deficiências, em nosso país. Contudo, ao longo da primeira metade do século XX prevaleceu o descuido e descomprometimento com aspectos tais como a conceituação, a classificação e com a criação de serviços para esse público (MENDES, 2010, p. 97).

Educação especial e os desafios à garantia do direito: a escola como meio de inclusão

Conforme visto anteriormente, as pessoas portadoras de necessidades especiais sofreram historicamente por terem suas capacidades tidas como impotentes, incapazes, ou até inúteis, sendo desta forma, excluídas do processo educativo. Nesse aspecto, foram deixadas de escanteio no que se refere à escolarização, ficando então submetidas ao processo social que as discriminava e marginalizava (DIAS, 2013).

Uma educação inclusiva é aquela que não discrimina condições como as deficiências, culturas e gêneros (BALLARD apud SANCHEZ, 2005). Contribuindo para enriquecer a ideia de inclusão escolar, ao discutir o conceito do que é educação especial, a declaração de Salamanca nos traz que:

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (art. VIII da Declaração de Salamanca, 1994).

Percebe-se que o documento se constitui como um marco importante no que se refere à luta pela integração dos alunos público do AEE, visto que este menciona o aprendizado integrado entre crianças de variadas formas, o que por si só já caracteriza um combate às formas segregadoras de educação, e um ponto de partida para uma virada de cenário, podendo uma educação mais humanizada e de qualidade ser ofertada aos educando em geral, o que inclui os alunos que necessitam do atendimento educacional especializado.

Agregando valor à reflexão sobre a proposta da escola inclusiva, Silva (2009, p.148) argumenta que:

A educação inclusiva parte do pressuposto de que todos os alunos estão na escola para aprender e, por isso, participam e interagem uns com os outros, independentemente das dificuldades mais ou menos complexas que alguns possam evidenciar e às quais cabe à escola adaptar-se, nomeadamente porque esta atitude constitui um desafio que cria novas situações de aprendizagem. Nesse sentido, a diferença é um valor e a escola é um lugar que proporciona interação de aprendizagens significativas a todos os seus alunos, baseadas na cooperação e na diferenciação inclusiva.

Contextualizando o que foi dito acima sobre inclusão, tanto pelos autores, quanto pela declaração de Salamanca, controversamente o atual ministro da educação em uma fala de extrema intolerância, desrespeito e ignorância técnica sobre o assunto afirmou algo incabível, e até mesmo impensável para alguém que assume um cargo tão importante e de grande relevância estratégica para o país. Diante dessa perspectiva, Alves (2021), em uma matéria jornalística escrita para o site g1.globo.com, evidencia a seguinte declaração:

Nós temos, hoje, 1,3 milhão de crianças com deficiência que estudam nas escolas públicas. Desse total, 12% têm um grau de deficiência que é impossível a convivência. O que o nosso governo fez: em vez de simplesmente jogá-los dentro de uma sala de aula, pelo 'inclusivismo', nós estamos criando salas especiais para que essas crianças possam receber o tratamento que merecem e precisam, afirmou Ribeiro.

Ainda de acordo com Alves (2021), ao falar em inclusivismo (algo que ele aparenta dar a entender que seja uma educação inclusiva), Milton Ribeiro continuou seguindo em sua fala repugnante, afirmando que as crianças com deficiências que são colocadas na mesma sala em que outras crianças sem deficiência estão, além de não aprender, ainda “atrapalham” a aprendizagem das demais. Um completo disparate, que vai contrariamente aos preceitos que caracterizam uma educação verdadeiramente inclusiva, pautada no respeito às diferenças, no aprendizado com o diverso, na adequação da escola às dificuldades dos alunos, sendo elas mais ou menos complexas, dos planejamentos e replanejamentos de ensino e de toda uma estratégia pensada e sistematizada para incluir as pessoas com todas as suas características físicas e psicológicas.

Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva

A *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (PNEE), foi lançada em 2008 e, traz em si subentendida a ideia de uma educação não discriminatória, baseada nos direitos humanos, indo no sentido de superação das práticas discriminatórias no que concerne à escola combater a lógica da exclusão.

Visando o atendimento das especificidades de todos os alunos, essa política ainda traz mudanças que implicam em sistemas educacionais inclusivos, reorganizando a escola e as classes especiais para atenderem à perspectiva da inclusão (BRASIL, 2008a). Essas modificações visam permitir o “acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares” (BRASIL, 2010b, p. 19).

Além de assegurar a inclusão escolar dos alunos supracitados, a PNEE também orienta os sistemas de ensino para garantirem:

[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008a).

Dessa forma, a PNEE instaura um novo ponto balizador teórico e organizatório na educação brasileira. A educação especial é definida como não substituindo a escolarização, uma vez que “As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização.” (BRASIL, 2008a). Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos.

Outra importante contribuição trazida pela PNEE no que se refere ao AEE é que:

O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008a).

Com base nisso, torna-se possível afirmar que o AEE intenta promover uma melhora geral nos processos pedagógicos, enriquecendo e se articulando com a proposta de ensino comum. Ainda, de acordo com Machado e Vernick (2013) O AEE deve ser ofertado institucionalmente, antevendo a sala de recursos multifuncionais, produção do plano de AEE, profissionais qualificados para o exercício desse tipo de docência, como professores intérpretes de LIBRAS, dentre outros para prestar o auxílio necessário.

O Estado, ao se responsabilizar pelas despesas com o AEE complementar o suplementar, possibilitou em termos da lei um enorme avanço para os alunos com deficiências, o que se caracterizou como grande vitória para este público. (DIAS, 2011 apud MACHADO E VERNICK, 2013). As Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010 confirmam os princípios da atual política, que aponta a educação especial como responsável por incluir na escola com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação nas turmas comuns do ensino regular.

Machado e Vernick (2013) acrescentam ainda que a política deve servir para assegurar que esse público supracitado participe do processo de ensino-aprendizagem, prosseguindo em seus estudos até chegar a níveis superiores de ensino. A política defende que em todas as etapas e modalidades da educação básica, o AEE seja organizado para apoiar o desenvolvimento dos educandos, sendo ofertado obrigatoriamente pelos sistemas de ensino, no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou local especializado para tal atendimento.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é caracterizada como básica, qualitativa e exploratória. Desenvolveu-se através de um levantamento bibliográfico realizado por meio de fontes variadas disponíveis na internet, tais como artigos de revistas científicas, matéria jornalística, monografia, dentre outras fontes de informação. Caracterizou-se como exploratória porque busca familiarização

com o tema além de identificação de aspectos ou elementos que constituem o problema (LIMA, 2012, p.6, no prelo).

No que concerne às fontes, buscou-se através da pesquisa bibliográfica, consultar autores mais experientes no assunto abordado no decorrer do presente artigo, além de documentos fundamentais para o bom desenvolvimento do estudo, a exemplo da própria política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008.

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, Lima (2012, p.11, no prelo) argumenta que:

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes de papel e encontra-se presente em todas as pesquisas científicas, quer quantitativas, qualitativas ou fundamentadas no materialismo dialético. Ela pode ser desenvolvida com vários objetivos, entre os quais:

- a) de familiarização com um tema de estudo e de definição de um problema específico;
- b) de reconstrução do referencial teórico do problema investigado;
- c) de conhecimento de alternativas metodológicas e instrumentais para o processo de investigação;
- d) de levantar informações sobre o objeto questionado;
- e) de interpretação dos resultados da pesquisa.

Portanto, a pesquisa bibliográfica precede e acompanha todo o processo de pesquisa e existe investigação exclusivamente bibliográfica.

Gil (1996) complementa que este tipo de pesquisa abrange em seu planejamento elementos tais quais: a escolha do tema, o que se objetiva, a sistematização de um plano provisório de trabalho, a busca das fontes bibliográficas, dentre outros.

O estudo se ancorou em outras obras de autores que, desenvolveram conhecimentos dentro da temática da educação especial, como: Dias (2013), Lehmkuhl (2011), Mazzotta (2005), Mendes (2010), Salomão (2017) e outros. Firmou-se como qualitativo por priorizar aspectos subjetivos do problema, tais como motivações, representações, valores e, correlatos, não se sustentando em dados quantificáveis ou estatísticos do objeto de conhecimento abordado.

Como características principais da pesquisa qualitativa, Denzin e Lincoln (2006) argumentam que estava envolve uma aproximação interpretativa com a realidade, o que leva a seus pesquisadores buscarem conhecer as coisas onde naturalmente acontecem. Em conformidade a esse pensamento, Vieira e Zouain (2005) acrescentam que esse tipo de pesquisa, também como uma de suas principais características a atribuição de essencial importância ao que os atores sociais envolvidos expressam.

Resultados e Discussão

Inferir-se através da presente pesquisa, a grande relevância que se tem em conhecer historicamente um pouco mais sobre as formas como as pessoas portadoras de deficiências foram tratadas em diferentes contextos, e partindo disso, refletir sobre a importância de políticas públicas que possam abranger esse grupo de pessoas, uma vez que essas são chaves para a mudança de cenários de exclusão, marginalização e precarização na vida dessas pessoas.

Diante disso, é válido dizer que a educação desempenha importante papel para que tais mudanças ocorram, no entanto, não apenas um mero processo de educação formal e acrítico, mas sim uma educação que privilegie as subjetividades dessas pessoas, e daí a importância do

AEE e da atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Nesse sentido, tal documento nos mostra que:

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros. Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (BRASIL, 2008a).

Percebe-se que a política traz aspectos muito válidos no que tange à formação docente, devendo o educador em educação especial ter domínio dos conhecimentos supracitados para um bom desempenho de suas atividades pedagógicas, semelhantemente, os sistemas de ensino ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, precisam prover os cargos destacados como cuidador aos alunos com necessidade, monitor, intérprete de libras, dentre outros, para um bom andamento dos processos educativos, visto que são esses os profissionais que estão alinhados ao que a política determina para a execução de um bom processo de ensino-aprendizagem dentro do AEE.

No que diz respeito à construção de escolas inclusivas, Mantoan (1997, p.120) nos traz que:

[..] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.

Conforme a autora argumenta, as instituições de ensino precisam estar dispostas a inovar, permitindo condições para que essas pessoas tenham acesso ao conhecimento, criando formas de melhorar os processos para aquisição dos saberes, os professores e demais profissionais da educação devem estar qualificados para saberem lidar com as diferenças, e para que combatam qualquer forma de discriminação e preconceito, coibindo tais manifestações. Nessa perspectiva, Santos, Voltarelli e Santos (2016), enriquecem o debate ao trazer que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve estar tanto em seu sentido teórico quanto prático, inserido nas propostas de educação inclusiva.

Discutir as motivações que trazem à existência a educação inclusiva em sentido de vantagens para os educandos, educadores e comunidade em geral oferece possibilidades de serem criadas práticas que melhor preparem os educandos para a vida em sociedade, tornando-se pessoas que respeitam e reconhecem a pluralidade dos sujeitos, que passam a ter mais oportunidade de inserção nos mais diferentes espaços. Somado a isso, os educadores e demais profissionais da educação tornam-se mais preparados, com mais competências, habilidades e atitudes para o atendimento tão importante dessa demanda de indivíduos.

Algumas Considerações Finais

Desde as sociedades primitivas, as pessoas portadoras de deficiências foram encaradas como impecílio para a convivência em sociedade, sendo consideradas por muitos povos como incapazes e indignas, foram excluídas, menosprezadas e até deixadas à própria sorte para morrerem. Ao longo da história, percebeu-se a importância da necessidade de integração dessas pessoas à sociedade, surgindo então as primeiras instituições especializadas para prestar o devido atendimento.

A exemplo disso, em nosso país tais instituições só surgiram no séc. XIX, ainda no período imperial, e, bem mais tardiamente em 1961, é que o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições de uma lei, a LDBN 4.024/61, que indicava o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº. 5.692/71 que alterou a LDBEN de 1961 não foi capaz de promover o atendimento das necessidades educacionais especiais, e acabou por reforçar o encaminhamento dos educandos para as classes escolas especiais. Em 1973, é criado o CENESP - Centro Nacional de Educação Especial, que impulsionou ações educacionais para as pessoas com deficiências e com superdotação, todavia a concepção de políticas especiais ainda continuou, no que tange à educação de alunos desse grupo, sendo que os educandos com superdotação, por exemplo, nem sequer tiveram acesso a um AEE organizado de modo a levar em conta suas particularidades.

Em um tempo bastante recente, surge em resposta aos desafios históricos para a educação das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação, a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, no ano de 2008. Com o objetivo de inclusão escolar desse grupo de sujeitos, orienta os sistemas de ensino para a garantia desse direito, desde o acesso ao ensino regular, até a acessibilidade arquitetônica do ambiente da escola.

As escolas, ainda que com as dificuldades a serem encontradas devem agir mediando os EPAEE, ajudando-os nos casos de acessibilidade, dificuldades motoras gerais, problemas de adaptação tanto no sentido físico quanto psicológico, adversidades comportamentais como casos de agressividade de educandos que possam colocar em risco a integridade do próprio aluno quanto de outros, dificuldades para ler, escrever, conviver socialmente, dentre outras problemáticas que permeiam o processo.

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) deve estar presente na escola ou instituição especializada, visando o atendimento dos estudantes de forma mais assertiva, eficaz, com melhora da inclusão, atenuando sempre e combatendo as formas de exclusão das crianças com deficiências. Além disso, a escola deve se aproximar das realidades dos alunos, buscando uma educação na perspectiva da inclusão de todos, com igualdade de participação e oportunidades.

As instituições de ensino precisam atender as necessidades dos estudantes, abrangendo todos os aspectos de seu desenvolvimento, desde os físicos, aos afetivos e psicológicos, precisam rever planejamentos, métodos, traçar estratégias para que os educandos possam ser avaliados e com base nisso, se possam ter resultados claros que indiquem o grau de dificuldade e quais habilidades já são apresentadas por eles, desta maneira, ao conhecer as suas potencialidades, será possível executar ações que promovam melhores possibilidades de conhecimentos.

No percurso do estudo em questão, identificou-se o quanto é importante que exista uma política que direcione a forma como as pessoas com deficiências devam ser atendidas em educação, e como esse AEE se constitui como vital fator para a inclusão e melhoria das aprendizagens dessas pessoas. Aliado a isso, percebeu-se também que incluir o público do AEE se constitui como algo essencial para a construção de uma sociedade mais respeitadora das diferenças, mais empática e menos preconceituosa, uma vez que o convívio com a pluralidade é uma boa maneira de se trabalhar nas instituições de ensino desde cedo a educação para o diferente, algo que envolve as pessoas com deficiências.

Referências

ALVES, Pedro. Ministro da Educação diz que há crianças com grau de deficiência em que 'é impossível a convivência'. **g1.globo.com**, 19/08/2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/08/19/ministro-da-educacao-criancas-impossivel-convivencia.ghtml> > . Acesso em: 04/11/2021.

BIANCHETTI, Lucídio. ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 1-13, out. 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Declaração de Salamanca. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. *Marcos político-legais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, DF, 2010b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192. Acesso em: 06/11/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. . Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 06/11/2021.

Cunha, B. B. B. "**Classes de Educação Especial para Deficientes Mentais: Intenção e Realidade**", dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DIAS, Angela Cristina Gomes. **A INCLUSÃO ESCOLAR – UM DIREITO DE TODOS**. 2013. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de Supervisão Escolar, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Jannuzzi, G. M. A. **A luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**, 2.a ed., Campinas: Autores Associados, 1992.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil : dos primórdios ao início do século XXI**, Campinas: Autores Associados, 2004.

LEHMKUHL, Márcia de Souza. **EDUCAÇÃO ESPECIAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SANTA CATARINA**: vertentes médico pedagógica e psicopedagógica como base da formação continuada. 2011. 292 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Educação - Mestrado, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

LIMA, Lucinete Marques. **METODOLOGIA DA PESQUISA EDUCACIONAL**: conceitos e orientações metodológicas. São Luis: Ufma, 2012. 27 p.

MACHADO, Evelcy Monteiro; VERNICK, Maria da Glória Lima Pereira. REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NACIONAL E NO ESTADO DO PARANÁ. **Nuances**: estudos sobre Educação, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 49-67, 23 ago. 2013. Nuances Estudos Sobre Educacao.

<http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v24i2.2479>.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? In: MANTOAN, Maria Teresa Egler (org.) **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

Mazzotta, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e Políticas Públicas, 5.a ed., São Paulo, Cortez Editora, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, São Carlos, v. 22, n. 57, p. 93-109, maio 2010.

PEREIRA, Jaqueline Andrade; SARAIVA, Joseana Maria. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão a inclusão social. **Ser Social**, [S.L.], v. 19, n. 40, p. 168-185, 20 set. 2017. Biblioteca Central da UNB. http://dx.doi.org/10.26512/ser_social.v19i40.14677. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677. Acesso em: 21 out. 2021.

SALOMÃO, Josiane Caroline de Souza; JESUS, Carina Nogueira de; PALÁCIOS, Keila Cristina Medeiros. **INCLUSÃO E DOCÊNCIA**: breve histórico da educação especial no tocante a formação docente. 2017. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/issue/view/11/showToc>. Acesso em: 10 out. 2021.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva**: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista da Educação Especial, Secretaria de Educação Especial/MEC, Brasília, n. 01, p. 07-17, out. 2005.

SANTOS, Daniela Carvalho dos; VOLTARELLI, Pâmela de Albuquerque; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos. A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA INCLUSIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 13, n. /, p. 59-64, dez. 2016.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. **Da Exclusão à Inclusão**: Concepções e Práticas. Rev. Lusófona de Educação, n.13, p. 135-153, 2009.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa Qualitativa em Administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 240 p.

Recebido em: 29 de novembro de 2021.

Aceito em: 18 de dezembro de 2021.